

PODER

Escolha acentua perfil político do Supremo

Indicação de Dino à Corte tem a chancela de Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes

A indicação do ministro da Justiça, Flávio Dino, para uma cadeira no Supremo Tribunal Federal (STF), se aprovada pelo Senado, vai acentuar o perfil político da Corte. Ele foi escolhido pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva com a chancela da ala mais política do STF, que tem como expoentes os ministros Gilmar Mendes e Alexandre de Moraes.

A opção pelo ministro de seu governo deixa explícita a busca do presidente por potenciais aliados fiéis na Corte. Em seu terceiro mandato, Lula já emplacou Cristiano Zanin — que foi seu advogado — na vaga aberta com a aposentadoria de Ricardo Lewandowski.

A indicação também reforça o desequilíbrio de gênero no tribunal — a única mulher é a ministra

Cármen Lúcia. Em 132 anos de história, o STF teve 171 ministros e só três mulheres. Se Dino tomar posse, a presidência do Supremo deve ficar pelos próximos 14 anos sem uma mulher. A tradição na Corte é que o ministro mais antigo no tribunal, que ainda não tenha ocupado a presidência, seja eleito internamente para o cargo. O mandato é de dois anos.

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), afirmou que a Casa fará um esforço concentrado entre 12 e 15 de dezembro para sabatar Dino e Gonet — antes do recesso parlamentar, que começa em 22 de dezembro. “Obviamente que não depende só da presidência, este é um exercício coletivo que envolve as comissões permanentes da Casa e envolve também as lideranças”, disse. Após passarem

pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), os indicados precisam receber aprovação da maioria absoluta do plenário, ou seja, 41 senadores.

Pacheco negou que o chefe do Executivo tenha pedido a ele uma “atenção especial” a Dino e Gonet depois de o Senado ter rejeitado, no fim de outubro, a indicação de Igor Roque para o comando da Defensoria Pública da União (DPU) — em uma contundente derrota para o governo. “Lula apenas comunicou encaminhamento dos nomes”, frisou.

Se for aprovado nas sábatinas, Dino poderá permanecer na Corte até abril de 2043, quando completa 75 anos, idade da aposentadoria compulsória. Hoje, os ministros do STF têm mandatos vitalícios — depois que tomam posse, só deixam a vaga no

tribunal com a aposentadoria. Três propostas de emenda constitucional que defendem a criação de mandatos fixos para os ministros tramitam atualmente no Congresso.

Gonet

Na escolha de Paulo Gonet para a Procuradoria-Geral da República, Lula não seguiu, pela primeira vez, a lista tríplice, com os nomes sugeridos pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR), formulada tradicionalmente desde 2001.

Nos dois mandatos anteriores na Presidência, em quatro situações, o petista indicou o primeiro colocado da relação da categoria. Em março, ele já havia adiantado que a lista tríplice não era “mais o critério” para a indicação.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

Lula indica Dino e Gonet, mas pode entregar Justiça ao PT

O presidente Lula não levou em conta as pressões do PT e anunciou, ontem, as indicações do ministro da Justiça, Flávio Dino, para o Supremo Tribunal Federal (STF), e do procurador Paulo Gustavo Gonet Branco à Procuradoria-Geral da República (PGR). Os dois eram nomes muito cotados para o cargo, mas sofreram com o “fogo amigo” do PT, principalmente Dino. O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), anunciou que os dois nomes serão apreciados até 15 de dezembro.

O primeiro obstáculo à aprovação dos nomes é a sabatina na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), presidida pelo senador Davi Alcolumbre (União-AP), que se aliou à bancada de oposição para voltar à Presidência do Senado. Nos bastidores do Senado, os senadores bolsonaristas já se articulam para tentar barrar a aprovação do nome de Flávio Dino. A rejeição de Igor Roberto Albuquerque Roque para o cargo de defensor público-geral federal da Defensoria Pública da União (DPU), por 35 votos a favor e 38 contrários, além de uma abstenção, em outubro passado, foi o recado de que Dino terá dificuldades.

Para a aprovação do nome de Dino são necessários 41 votos. Não é uma missão impossível obter apoio da maioria dos senadores, mas há um rito a ser cumprido: o beija-mão dos senadores por parte dos indicados, gabinete por gabinete. Um senador eleito teria mais facilidades, mas acontece que Flávio Dino logo se licenciou do cargo para ser ministro da Justiça, não tem amplo trânsito entre os pares.

Quando o nome de Dino passou a ser cotado para o STF, logo se armou contra ele uma campanha dos bolsonaristas nas redes sociais, retroalimentada pelo “fogo amigo” petista.

Dono de um estilo “lacrador”, Dino assumiu a linha de frente da defesa do presidente Lula após a tentativa de golpe de 8 de janeiro. Por isso, seu nome agrada muito aos ministros do Supremo Gilmar Mendes, Alexandre de Moraes e Luís Roberto Barroso, atual presidente da Corte. Essa sintonia se manteve desde então e foi decisiva para sua indicação. A questão é saber se Lula costurou a indicação com o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, e o presidente da CCJ, Alcolumbre. Supõe-se que sim, pois Lula não faria essa indicação para “queimar” seu ministro da Justiça.

Para interlocutores, Lula manteve distância regulamentar em relação à polêmica PEC que limita os poderes monocráticos dos ministros do Supremo para agradar a Pacheco e Alcolumbre, embora o STF tenha reagido duramente à decisão do Senado.

Dino é um ex-juiz que deixou a toga para ser político, elegendo-se governador do Maranhão pelo PCdoB, partido que trocou pelo PSB. Desde que seu nome surgiu como opção, enfrentou a concorrência do advogado-geral da União, Jorge Messias, apoiado pelo PT, e do presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Bruno Dantas, apoiado pelo MDB. Ambos saudaram sua indicação.

Ministério Público

Agora, está aberta a disputa pela vaga de Dino na Esplanada. O secretário-executivo do Ministério da Justiça, Ricardo Cappelli, nunca escondeu o desejo de substituir o chefe. Mas o PT tem um forte candidato à pasta: o advogado Marco Aurélio Carvalho, coordenador do grupo Prerrogativas, que teve importante atuação na campanha eleitoral de Lula.

Na montagem da equipe ministerial, porém, acabou preterido por Dino. A saída salomônica defendida pelo PT é a divisão do ministério em duas pastas: Justiça e Segurança Pública. A primeira ficaria com Carvalho, a segunda, com Cappelli, que, desde o 8 de janeiro, vem se destacando nessa área.

A aprovação do nome de Dino pelo Senado pressupõe algum risco por causa de suas posições políticas e combatividade, que tendem a reforçar o grupo de ministros do STF acusado de “extrapolat” suas atribuições em relação aos demais Poderes.

O ministro da Justiça, por exemplo, fez uma veemente defesa do Supremo e criticou o Senado por aprovar a PEC que limita os poderes monocráticos dos ministros, num momento em que os senadores desejam também limitar os mandatos do Supremo, seja ao estabelecer uma idade mínima para seus ministros, seja seu tempo de duração.

Em contrapartida, a aprovação do nome do subprocurador-geral Paulo Gustavo Gonet Branco para o cargo de procurador-geral da República é mais tranquila. É a primeira vez que Lula não escolhe um dos integrantes da lista tríplice elaborada pela associação dos procuradores; nos mandatos anteriores, o petista indicou o mais votado. Desde 2001, as listas tríplices elaboradas pela Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR) subsidiaram as indicações.

O ex-presidente Jair Bolsonaro foi o primeiro a desconsiderar a lista ao indicar o procurador-geral Augusto Aras. Gonet é integrante da cúpula do MPF e responde como vice-procurador-geral eleitoral desde 2021. Enfrentará a oposição dos bolsonaristas no Senado, por causa do seu parecer a favor da ineligibilidade do ex-presidente Jair Bolsonaro, condenado pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Entretanto, é católico e conservador, por exemplo, no tema do aborto.

Juarez Rodrigues/TJMG



Barroso: “Todo mundo sabe que eu defendo a feminilização dos tribunais, mas no caso do STF, isso é uma prerrogativa do presidente”

Ministros elogiam os dois indicados

» HELENA DORNELAS

As escolhas do ministro Flávio Dino para o STF e de Paulo Gonet para a PGR tiveram grande repercussão no meio jurídico. Um dos fiadores das indicações, o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo, disse que “o presidente Lula indicou dois grandes juristas e competentes homens públicos para o Supremo Tribunal Federal e para a Procuradoria-Geral da República”.

“Flávio Dino e Paulo Gonet são escolhas sérias e republicanas e, uma vez aprovados pelo Senado Federal, contribuirão para o fortalecimento de nosso Estado Democrático de Direito”, escreveu nas redes sociais.

O presidente do STF, Luís Roberto Barroso, considera que o país estará “muito bem servido”,

caso Dino e Gonet sejam nomeados. Ele comentou, ontem, que Lula havia pedido sua opinião sobre os três nomes que estavam no páreo para a vaga: o do advogado-geral da União, Jorge Messias; o do presidente do Tribunal de Contas da União, Bruno Dantas; e o do ministro da Justiça.

“Acho que foi uma escolha muito feliz, é uma prerrogativa do presidente. Todo mundo sabe que eu defendo a feminilização dos tribunais, mas no caso do STF, isso é uma prerrogativa do presidente”, ponderou Barroso.

Havia uma pressão para Lula indicasse uma jurista negra, de modo que ao menos mantivesse o número anterior de mulheres na Corte. Cármen Lúcia será a única mulher a integrar o colegiado.

Sobre a escolha por Dino,

Barroso disse ser “é uma pessoa que viveu no mundo do Judiciário, do Legislativo e do Executivo”. Segundo ele, o titular do ministério “representa a resiliência democrática brasileira, de todos nós”. A respeito da indicação à PGR, o magistrado classificou Gonet como de “alta qualidade” e um “amigo”. “Quero muito bem a ele”, frisou. Gonet atuou como vice-procurador-geral eleitoral à época em que Barroso presidiu a Corte eleitoral.

Por sua vez, o ministro Gilmar Mendes falou em “imensa alegria” com a escolha de Dino. “Possuidor de vasta cultura jurídica e de inegável compromisso com o Estado Democrático de Direito, o indicado reúne plenas condições para exercer a jurisdição constitucional junto aos demais membros da Corte”, escreveu nas redes sociais.

Sobre Gonet, Gilmar o classificou com “amigo de longa data”. “Posso testemunhar o brilhantismo do indicado, que sempre atuou na defesa da democracia e da Constituição Federal”, frisou.

Uma das cotadas para o Supremo, a jurista Soraia Mendes também comentou o anúncio. “A indicação de um nome que postula uma cadeira na Suprema Corte é prerrogativa constitucional do chefe de Estado. O presidente Lula fez sua escolha. Como brasileira e democrata, desejo sorte ao escolhido”, ressaltou, no X. “Sou grata a todas e a todos que construíram coletivamente a campanha #SoraiaNoSTF. Saio dessa jornada orgulhosa, honrada e com a certeza renovada de que o que ‘a vida quer da gente é coragem’. A boa luta continua!” (Com Agência Estado)



Novo Viaduto do Sudoeste. Motoristas e passageiros agora chegam mais cedo em casa.

Com a entrega desse viaduto, o trânsito fica mais seguro, rápido e eficiente para quem circula de carro ou de ônibus pela EPTG, EPIG e Setor Policial. A obra beneficia moradores do Sudoeste, Taguatinga, Águas Claras, Vicente Pires, Samambaia e Ceilândia. É trabalho que você vê, com melhorias que você sente.

